

Trajetória do Nacionalismo no Brasil Contemporâneo

Damião de Lima

O exórdio do ideário nacionalista no Brasil surge com o novo século, no caso, o século XX. Até então, essas idéias eram vistas, apenas, como algo exógeno, excêntrico que chamava a atenção pela sua singularidade.

No entanto, devido a fatores externos e internos tais como: a I Guerra mundial, a existência do primeiro grande surto industrial interno com a adoção do modelo de substituição de importações, o processo de urbanização e de organização de novas camadas sociais, o conturbado processo eleitoral da sucessão de Epitácio Pessoa, a semana de arte moderna, o surgimento do partido comunista e do movimento tenentista irão mudar esse cenário.

Era necessário um ideário que pudesse dar conta de tantas modificações e o elemento que mais se identificou com todo esse processo de modificações foi, exatamente, o nacionalismo. Destarte, com a ebulição política, econômica, cultural, ideológica e social que tomou conta do país nos anos 20 do século passado, o nacionalismo adquire força, ganha centenas de adeptos e passa a ser o referencial ideológico de diversos grupos políticos.

Dessa forma, os anos 20 do século passado vêem o nacionalismo diversificar-se e fortalecer-se enquanto corrente política e econômica e propagar-se de forma nunca antes imaginada. Com isso, a ideologia nacionalista conquista e ganha as mais diversas cores e formas políticas, econômicas e culturais.

Devido ao sem número de vertentes que ganha o nacionalismo com o passar do tempo, tivemos que fazer um recorte temático e, nesse trabalho, daremos destaque a duas vertentes do nacionalismo brasileiro, por considerarmos serem estas as que mais ajudaram a modificar a estrutura sócio-política do país, a saber: o nacionalismo cívico-político e o nacionalismo econômico.

No Brasil, todas as idéias exógenas, que por aqui aportam, passam por adaptações. Com o nacionalismo não foi diferente, assim, o ideário nacionalista, que em muitos países mobilizou as diversas camadas sociais em defesa dos interesses nacionais, aqui adquiriu características bem peculiares. Uma delas é que só em raros momentos esse ideário chegou às camadas populares. A principal força motriz do

nacionalismo brasileiro foi a camada social mais organizada e mais influente na história recente do Brasil, no caso: os militares.

Os militares, em ascensão no cenário político do país, promoveram uma “arrumação” nas idéias nacionalistas para adaptá-las aos seus interesses e uni-la à principal corrente de pensamento da caserna; o positivismo. Dessa forma, o nacionalismo brasileiro ganhou contornos positivistas e autoritários, bem ao gosto dos seus principais defensores.

Munidos do que eles consideravam a nova teoria política, os militares escreveram a sua trajetória na história recente do país, chegando, inclusive, a tomar o poder e nele permanecer por mais de 20 anos.

OS MILITARES E O NACIONALISMO CÍVICO-POLÍTICO

A trajetória do nacionalismo e a história republicana no Brasil se fundem com a história da crescente participação das forças armadas nas questões políticas da nação, embora, enquanto instituição, só tenha assumido o poder e se efetivado nesse, de forma direta, após o golpe militar de 1964.

As forças armadas desde o fim da guerra do Paraguai vão, paulatinamente, ganhando destaque na política nacional. A derrocada da monarquia e a implantação da república contaram com a participação decisiva das forças armadas; o exemplo disso é que os dois primeiros presidentes da república, recém instalada, foram dois marechais: Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

Na crise política dos anos 20, que teve início com a candidatura de Nilo Peçanha, passando pelo movimento tenentista e culminando com o fim da política do café com leite e a ascensão de Vargas ao poder, as forças armadas, em especial, a jovem oficialidade do exército, tiveram um papel decisivo, a ponto de boa parte dos líderes do movimento tenentista terem chegado ao poder com Vargas em 1930 e ocupado cargos importantes durante todo o período do governo provisório, que foi de 1930 a 1934.

A nova política de alianças, implementadas por Vargas, durante o governo constitucional de 1934 a 1937, embora tenha levado à pacificação entre as oligarquias cafeiras e a burguesia, não significou calma nos meios militares. Durante esse período surgiram dois movimentos com características bem distintas: a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora, em ambos podem ser percebidas a participação de militares das forças armadas ou de lideranças oriundas

dessas forças. Para desfechar o golpe em 1937, Vargas contou com apoio da classe dominante e de amplos setores das forças armadas.

No período de 1937 a 1945, devido ao conturbado cenário mundial, as forças armadas se viram obrigadas a se voltar para as questões externas e tentar a unidade interna. A iminência da guerra mundial, no princípio, dividia opiniões sobre a posição que deveria ser assumida pelo governo, porém, com a decisão de participar da guerra, ao lado dos aliados e o envio de tropas para o front, unificou as forças armadas que se voltaram, quase que exclusivamente, a se ocupar da questão bélica.

No entanto, logo após o fim da segunda guerra mundial, com a onda democratizante que tende a se instalar em todo o mundo capitalista, os militares põe fim a ditadura de Vargas e entregam o poder ao supremo Tribunal de Justiça, que convoca a Constituinte de 1946, sob o governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra.

Durante o período que vai de 1946 até 1964, os militares irão ter papel decisivo em momentos importantes da política brasileira, sempre aparecendo como arbitro dos conflitos e defensores da ordem e da moralidade pública.

Foi assim na conspiração para a derrubada de Vargas em 1954, o golpe contra o governo, tido como carcomido pela corrupção e mergulhado em verdadeiro mar de lama, só não se concretizou devido ao suicídio do presidente. Com esse ato desesperado, Vargas adiou o golpe por dez anos.

Temendo às pressões populares, os golpistas se retraem e o governo de Café Filho, empossado após o suicídio de Vargas, transcorre sem grandes atropelos. Essa aparente calma é quebrada com a vitória eleitoral de Juscelino Kubitscheck. Após o resultado das eleições, começa a grande campanha para impedir a posse do novo presidente. Mais uma vez, as forças armadas vão intervir na vida política do país, dessa feita, para garantir o cumprimento da Constituição e a posse de Juscelino.

No governo de Jânio Quadros, devido às medidas de caráter ambíguo, tais como a tentativa de limitação da remessa de lucros das empresas estrangeiras, da condecoração de Ernesto Guevara com a ordem do Cruzeiro do Sul e da tentativa de criar uma terceira via no campo político e econômico que não se alinhasse com a URSS nem com os EUA, foi grande a pressão dos militares sobre o presidente, o que contribuiu para que ele renunciasse.

Com a renúncia de Jânio Quadros, teremos nova intervenção das forças armadas na política. Ao contrário da intervenção para a posse de Juscelino Kubitscheck, quando os militares defenderam o cumprimento da Constituição, o

objetivo dessa nova intervenção era impedir a posse do vice-presidente, por considerá-lo subversivo e um perigo para a democracia burguesa.

Aproveitando a ausência do vice-presidente que se encontrava em visita à China Socialista, os três ministros militares formaram uma junta de governo e tentaram impedir a posse de João Goulart. Esse movimento só não logrou êxito devido à forte pressão popular e, principalmente, ao acordo aceito por Goulart para dividir o poder com o congresso através da implantação do sistema parlamentarista.

Mesmo com esse acordo, o quadro político, econômico e social do país, durante o governo Jango, complica-se a cada dia. Nesse período, a inflação disparou, ocorrem quedas constantes nas taxas de crescimento, aumentam as taxas de desemprego, avançam os movimentos sociais e, a saída apresentada, pelo governo, é a promoção de mudanças radicais no país, através das reformas de base.

Nesse contexto, as forças armadas começam a aparecer, para a classe dominante e para setores conservadores das camadas médias, como a única alternativa ao caos que, na visão desses setores, estava se instalando no país. Obviamente, que setores importantes das forças armadas se empenhavam em difundir essa idéia.

Os militares adquiriram experiência, nessas diversas intervenções na política ao longo da história republicana do Brasil. A participação cada vez mais forte das forças armadas nos momentos decisivos, era um incentivo a mais, para que a instituição se sentisse capaz de administrar o país. Com essa grave crise e com o país vivenciando o seu maior impasse, sobre os rumos que deveria tomar, fortalece-se, a cada momento, a alternativa militar.

A visão de que só um governo forte, seria capaz de acabar com os desmandos e com a agitação que tomava conta do país, extrapola o seio da classe dominante e começa a ganhar força no seio de setores cada vez mais expressivos da sociedade que, temendo o avanço dos movimentos sociais e que o país caminhasse no rumo do socialismo, passam a advogar a intervenção militar no Brasil.

Era preciso, apenas, encontrar o motivo para o golpe e esse foi dado com o discurso do presidente Jango, na Central do Brasil, transformando as reformas de base em plataforma de governo. Assim, em 31 de março de 1964, lideranças políticas importantes como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, bem como, representantes das oligarquias tradicionais, setores das camadas médias e lideranças religiosas ligadas à igreja católica, saúdam a “Revolução”.

Dessa forma, os militares chegam ao poder e tem início a implantação do projeto centralizador, também conhecido como Projeto Brasil Potência Mundial Emergente. Ou seja, tem início a fase do nacionalismo cívico-político autoritário.

O NACIONALISMO ECONÔMICO: OUTRA TRAJETÓRIA, O MESMO DESTINO

Embora tenha surgido, também, no seio do movimento tenentista dos anos 20 e tenha sido a principal bandeira de luta dessa facção das forças armadas até o início dos anos 30, o nacionalismo econômico teve outra trajetória.

A quebra da bolsa de valores de Nova York aliada às dificuldades econômicas a montante e a jusante a esse momento, foram fatores essenciais para o movimento de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Ao assumir o poder, Getúlio Vargas se vê diante de situação extremamente complexa. Vejamos: o país passava por forte ebulição política que culminou com o movimento que o alçou ao poder, mas, à medida que algumas forças lhe davam sustentação política, como era o caso dos tenentes, outras forças lhe faziam ferrenha oposição e entre essas forças opositoras estavam os cafeicultores paulistas que representavam a principal força motriz da economia brasileira.

O país perdia a sua principal fonte de escoamento das exportações, os EUA, mergulhados na maior crise de sua história. Como se não bastasse, eram os EUA, também, os principais credores do país e uma das principais fontes de empréstimos que vinham, já há algum tempo, mantendo a política de valorização do café.

Sem perspectiva de ajuda externa e com pouquíssima mobilidade econômica interna, só restava ao novo governo duas opções: entregar o cargo, ou usar a criatividade e tentar implementar, minimamente, o ideário nacionalista dos tenentes.

Foi dessa maneira, na mais absoluta falta de opção econômica nos moldes até então conhecidos, que o governo de Getúlio Vargas começa a implementar a única política econômica possível, ou seja, começa a implementar a política de intervenção estatal na economia visando organizar, minimamente, a produção nacional. Esse é o exórdio do nosso nacionalismo econômico.

Durante 470 anos, 1500 a 1930, vivenciamos o modelo econômico primário-exportador. Em seus 15 anos no poder (1930 a 1945), o governo Getúlio implanta, aos trancos e barrancos, uma série de medidas que, se analisadas em seu conjunto, constituem o que mais, no país, se aproximou de um projeto de desenvolvimento nacional e autônomo.

Vejamos algumas dessas medidas intervencionistas:

1) Visando organizar a **relação capital-trabalho** e preparar o país para investimentos capitalista futuros, foi criado, ainda em 1930, o Ministério do trabalho, Indústria e Comércio, vejam que estavam juntos, o que demonstra o interesse conciliatório. Em 1932 foram criadas as Juntas de Conciliação e Julgamentos. Esses órgãos foram à base da Justiça do Trabalho, que seria estabelecida pela Constituição de 1934.

Ainda, durante a década a década de 1930, foram criados Institutos de Aposentadoria e Pensões de várias categorias como industriários, comerciários, bancários, funcionários públicos etc.

Nos anos seguintes, foram criadas diversas leis e decretos importantes tais como: a instituição do salário mínimo, descanso semanal remunerado, organização do horário de trabalho no comércio e na indústria, regulamentação do trabalho das mulheres e crianças, férias remuneradas, estabilidade no emprego, etc. Tudo isso objetivando regulamentar as relações trabalhistas nas urbes.

Em 1943, ainda sob o governo de Getúlio, toda a legislação criada nesse período foi organizada na Consolidação das Leis do trabalho (CLT).

2) A intervenção estatal no **mundo rural** também se fez presente, no entanto, tinha uma dimensão diferente da política implantada no mundo urbano. Para o campo o governo iniciou a política intervencionista realizando o reajustamento econômico e perdendo 50% das dívidas em vigor dos proprietários rurais contraídas antes de 1933. Criou diversos órgãos de regulamentação e fomento da atividade produtiva tais como: o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Departamento de Produção Mineral e incentivou e organizou, com recursos públicos, a produção de mate, algodão, cacau e outros produtos primários.

No campo do **planejamento de política econômica** o destaque fica por conta da criação, em 1934, do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE). Esse órgão criado inicialmente para pensar a política relacionada ao intercâmbio comercial, ganha força e durante o Estado Novo (1937-1945), se constitui no principal formulador da política econômica do governo.

Além do CFCE, o governo ainda cria Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) para controlar as finanças dos estados e municípios, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE). O funcionamento desses dois últimos conselhos, o CNP encarregado da administração das jazidas descobertas na Bahia e do abastecimento de combustível, e do CNAEE,

encarregado de fixar tarifas e dar concessões para a produção de energia, foi acompanhada da promulgação de uma extensa legislação nacionalista.

Destarte, no início dos anos 40, aproveitando o cenário nacional, de governar sem oposição e o cenário mundial, indefinido devido a II grande guerra, o governo Vargas foi aprofundando, cada vez mais, a intervenção estatal, como mostra essa citação abaixo;

O Estado foi gradativamente assumindo a responsabilidade pela produção de alguns insumos básicos, como parte do esforço de guerra ou movido por uma visão mais estratégica acerca do futuro desenvolvimento do país. Nos primeiros anos da década de 1940, foram sendo criadas as primeiras grandes empresas estatais brasileiras. Em 1940, assistiu-se à criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em decorrência de acordo com os Estados Unidos. Em 1942, foi criada a Companhia Vale do Rio Doce, para a exploração das jazidas de ferro de Minas Gerais. Em 1943, foi a vez da Companhia Nacional de Álcalis, para a produção de soda e barrilha, e da Fábrica Nacional de Motores. Por fim, em 1945, foi constituída a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, com vistas ao abastecimento de energia elétrica para o Nordeste do país.

Como vimos, o nacionalismo econômico foi a base para a formulação dessa política econômica ou desse arcabouço de projeto de desenvolvimento implantado no período Vargas.

Cabe aqui destacar que durante todo o governo de Getúlio os militares participaram ativamente da elaboração desse projeto. Tanto na elaboração de políticas de governo, em particular nos setores estratégicos, como siderurgia e petróleo, quanto no apoio político e institucional ao presidente e sua equipe de governo.

Com a saída de Getúlio Vargas, após o fim da segunda guerra, configura-se um novo cenário interno e, principalmente, externo. Toda a política externa começa a ser redesenhada pelo principal vencedor da guerra, os EUA. E, como era de se esperar, a política de crescimento econômico e desenvolvimento nacional e autônomo, aplicada no Brasil, não era bem vista pelos importantes vizinhos.

Dentro da nova geopolítica e economia mundial, o Brasil não era considerado como região estratégica, a ponto de se aceitar àquele nível de independência. Dessa forma,, ao contrário mesmo de países que haviam sido inimigos, como é o caso da Alemanha e Japão, que passam a contar com apoio dos EUA, o Brasil, com sua política nacionalista, é visto como ameaça a hegemonia norte americana na região e todo o esforço é feito no sentido de controlar as finanças e a economia brasileira, tornando-o, novamente, um país dependente.

Os governos que sucedem Vargas, no caso, Dutra, o próprio Vargas novamente e Juscelino Kubitschek não conseguem mais manter o mesmo nível de independência capaz de implementar uma política de cunho nacionalista e no caso do primeiro e principalmente do último, essa política já não estava em seus planos.

O governo Jânio Quadros durou menos de sete meses e foi marcado por atitudes ambíguas no plano econômico e político. A tentativa de limitar a remessa de lucros das grandes empresas para o exterior despertou a ira das grandes corporações internacionais e dos defensores destas, aqui e no exterior. A condecoração de Ernesto Guevara com a ordem do Cruzeiro do Sul e a aproximação com Cuba irritaram os políticos e militares aliados aos Estados Unidos e a tentativa de criar a terceira via, fugindo do determinismo imposto pela guerra fria, afastou o governo de possíveis aliados internos e externos.

Diante de tantos desacertos e da imensa pressão decorrente destes, só restou a Jânio Quadros a conturbada renúncia, ato que teve um efeito ainda mais danoso sobre a tensa situação, vivenciada pelo país. Com a renúncia de Jânio e a possibilidade de o país passar a ser governado por João Goulart, seguidor de primeira hora da política varguista, acirra-se a luta política interna e aumentam as pressões do grande capital sobre a economia brasileira.

O governo do presidente João Goulart tem início, diante desse cenário de crise econômica, de instabilidade política e de crescente aumento das reivindicações dos movimentos sociais, o que dificultava, sobremaneira, a elaboração de qualquer plano econômico mais consistente.

Durante todo o governo Goulart, tivemos diminuição dos investimentos tanto públicos, quanto privados, o Produto Interno Bruto teve queda assustadora, caindo de 6,6% em 1962, para menos de 1% em 1963. A inflação era outro elemento complicador para o governo, pois, continuava em franca ascensão. Em 1962 a inflação foi de 51,7%, em 1963 chegou a 79,9% e as previsões apontavam para, no mínimo, a duplicação desses números para o ano de 1964.

No setor industrial o quadro era extremamente preocupante, as indústrias passaram a trabalhar com crescente capacidade ociosa, alguns setores chegando a 50%. As empresas estatais, com tarifas defasadas, passaram a trabalhar no vermelho e os investimentos externos diminuíram. Ao mesmo tempo, em que a economia se retraía e a arrecadação do governo despencava, os indicadores sociais se agravavam. A população no período crescia numa taxa média de 3,3%, o desemprego aumentava e a inflação corroía os salários.

Pressionado pela ala nacionalista, pelos entreguistas, pelos comunistas, pela imprensa e pelos movimentos sociais, o Presidente Jango resolve seguir o caminho apontado por seus aliados históricos e incorpora em seu discurso a alternativa temida e odiada pelas forças conservadoras: a adoção das Reformas de Base. Essas reformas, em última instância, significavam a volta ao nacionalismo de forma mais radical e ao assumir esse esboço de projeto, o governo Goulart entra em confronto com as camadas dominantes.

As reformas de base propunham mudanças no campo político, econômico e social. Embora todas as mudanças apontassem na direção do nacionalismo, foram as propostas de reformas no campo econômico, que levantaram a oposição contra o governo. As propostas de reforma na economia levaram a radicalização da luta entre governistas e opositores, pois, abalava os alicerces de sustentação da política do grande capital e de seus aliados no país.

Com essas medidas, o governo declara guerra ao grande capital e a seus aliados na zona urbana. A reforma agrária, que também fazia parte das reformas de base, une na luta contra o governo, toda a oligarquia agrária brasileira, o que torna a situação explosiva levando o país à beira da guerra civil. É nesse contexto de profunda crise, que o governo Goulart é deposto e tem início o governo militar, que irá implantar “novo” modelo de desenvolvimento no país.

A contradição maior é que o projeto nacionalista é abandonado, justamente, quando os militares, resolvem ampliar o nacionalismo e criar um grande projeto de desenvolvimento; o Projeto Brasil Potencia Mundial Emergente, que segundo os seus teóricos, uniria o nacionalismo cívico-político e o nacionalismo econômico. Não cabe aqui discutir os motivos desse fracasso. No entanto, fica uma pista. Os militares tentaram criar um modelo de desenvolvimento que tentava unir dois elementos profundamente antagônicos; o nacionalismo e os interesses das grandes corporações transnacionais.

Destarte, o resultado não poderia ser mais esdrúxulo. Por um lado, formam-se grandes conglomerados estatais e por outro a economia torna-se totalmente dependente das multinacionais. Com esse cenário de ficção científica, o Brasil passa pelos anos 80 e 90 e entra no século XXI.

NOTAS